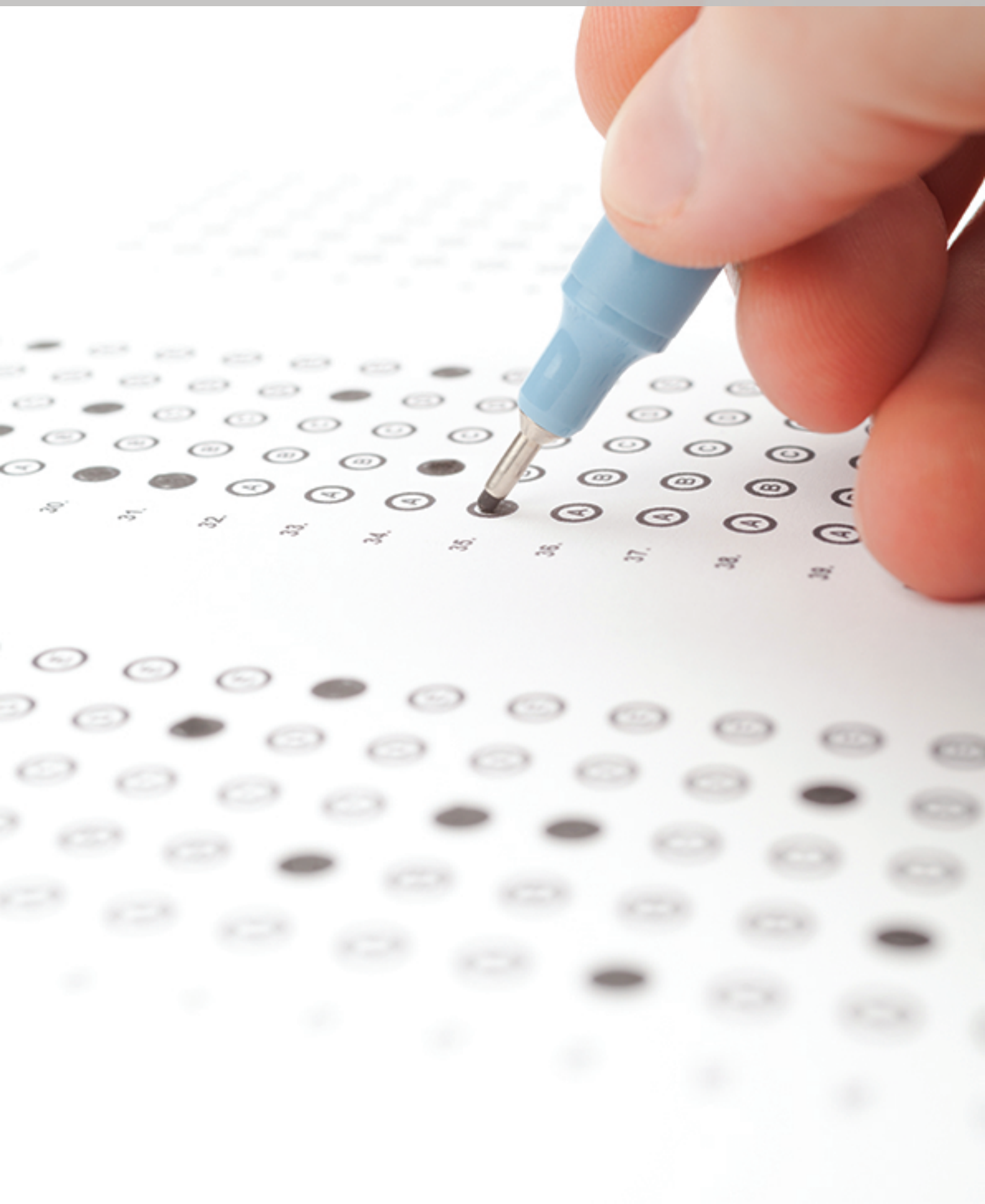


# PROVAS SELECIONADAS DIREITO ADMINISTRATIVO ESAF - 2015 A 2016



Provas Selecionadas  
Direito Administrativo  
ESAF - 2015 a 2016

## DIREITO ADMINISTRATIVO

31-A respeito da Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Trata-se de uma lei que contém normas gerais e, sob este aspecto, de caráter nacional.
- ( ) A referida lei consagra o que se convencionou chamar de transparência ativa.
- ( ) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas pode ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, quando a restrição temporária ou permanente de acesso ao seu conteúdo for imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado.
- ( ) Externados os motivos e demonstrado o interesse do solicitante, qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades sujeitos à Lei n.º 12.527/2011.

- a) V, V, V, F
- b) V, F, V, F
- c) F, V, F, V
- d) V, V, V, V
- e) V, V, F, F

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

32- Correlacione as colunas abaixo e, ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna II.

COLUNA I	COLUNA II
(1) É a extinção do ato administrativo quando o seu beneficiário deixa de cumprir os requisitos que deveria permanecer atendendo.	( ) Caducidade
(2) Ocorre quando uma nova legislação impede a permanência da situação anteriormente consentida pelo poder público.	( ) Contraposição
(3) Ocorre quando um ato, emitido com fundamento em determinada competência, extingue outro ato, anterior, editado com base em competência diversa, ocorrendo a extinção porque os efeitos daquele são opostos aos deste.	( ) Conversão
(4) Consiste, segundo orientação majoritária, em um ato privativo da Administração Pública, mediante o qual ela aproveita um ato nulo de uma determinada espécie, transformando-o, retroativamente em ato válido de outra categoria, pela modificação de enquadramento legal.	( ) Cassação

- a) 1, 3, 4, 2
- b) 2, 3, 4, 1
- c) 3, 2, 1, 4
- d) 1, 3, 2, 4
- e) 2, 4, 1, 3

33- A respeito dos contratos administrativos e das penalidades que podem ser aplicadas aos contratados e tendo em mente a jurisprudência do STJ, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, independentemente da modalidade licitatória, só alcança os órgãos e entidades administrativos do próprio ente federado que aplicou a sanção, ao passo que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar abrangeria toda a Administração Pública, em todos os níveis.
- ( ) As sanções de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e de suspensão do direito de licitar e contratar possuem efeito rescisório automático.
- ( ) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é sanção de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal, conforme o caso.
- ( ) A ausência de abertura de prazo para oferecimento de defesa final sobre a possível aplicação da pena de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública acarreta nulidade no processo administrativo a partir desse momento processual.

- a) V, F, F, V
- b) F, V, V, F
- c) V, V, F, F
- d) F, V, F, V
- e) F, F, V, V

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 34- A respeito das transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.
- ( ) Nos convênios e contratos de repasse firmados com entidade privada sem fins lucrativos, a inadimplência desta em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- ( ) Para o caso de ressarcimento de despesas entre órgãos ou entidades da Administração Pública federal, poderá ser dispensada a formalização de termo de execução descentralizada.
- ( ) A omissão no dever de prestar contas por parte de entidades privadas sem fins lucrativos gera impeditivos para a celebração de convênios e contratos de repasse entre a União e a referida entidade omissa.
- ( ) O Decreto n. 6.170/2007 prevê a realização de licitação obrigatória anteriormente à celebração do convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos.
- a) F, F, V, V  
b) F, V, V, V  
c) V, V, V, V  
d) F, V, V, F  
e) V, F, V, F
- 35- Acerca das parcerias público privadas, assinale a opção correta.
- a) A transferência do controle da sociedade de propósito específico independe da autorização da Administração Pública.
- b) A contratação das parcerias público privadas será sempre precedida de licitação na modalidade de concorrência, conforme regulado pela Lei n.11.079/2004.
- c) É obrigatória a existência de cláusula editalícia que contemple a previsão de garantias da contraprestação do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.
- d) Assim como ocorre para os contratos administrativos em geral, nas parcerias público privadas os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos básico ou executivo não podem participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços.
- e) Nas parcerias público privadas firmadas no âmbito da União, é o órgão gestor das parcerias público privadas federais quem realiza as respectivas licitações.
- 36- A empresa pública federal X, necessitando de um grande número de computadores e impressoras para uso cotidiano de seus empregados, resolveu adquiri-los por meio de certame licitatório. O valor de referência estipulado para a aquisição foi de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). A modalidade de licitação a ser utilizada é:
- a) obrigatoriamente pregão.  
b) obrigatoriamente concorrência.  
c) concorrência, pregão ou Regime Diferenciado de Contratação, conforme opção discricionária do gestor.  
d) quaisquer das modalidades de licitação existentes, cabendo ao gestor justificar a sua escolha nos autos.  
e) concorrência ou pregão, conforme opção discricionária do gestor.
- 37- O Prefeito do Município X decidiu construir, defronte à sede da Prefeitura, um monumento em homenagem a seu avô, fundador da universidade local. A obra teria 20 metros e seria esculpida em mármore e aço. A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais ajuizou ação civil pública para impedir a construção do monumento, sob a alegação de que os recursos envolvidos na aludida homenagem seriam suficientes para a reforma e adaptação de acessibilidade das escolas municipais, de forma a proporcionar o pleno acesso de pessoas com deficiência. Os procuradores do município argumentaram que a construção do monumento visa a preservar a memória da cidade, bem como que a alocação de recursos seria ato discricionário do Prefeito. Diante do relatado e com base na jurisprudência atual sobre o controle jurisdicional da administração pública, assinale a opção correta.
- a) O ato do Prefeito, embora discricionário, é passível de controle pelo Poder Judiciário, a fim de que este avalie a conformidade desse ato com os mandamentos constitucionais.  
b) O Poder Judiciário, se entender pela violação a princípio da administração pública, poderá revogar o ato administrativo expedido pelo Prefeito.  
c) O ato discricionário não é sindicável pelo Poder Judiciário.  
d) Neste caso, o Poder Judiciário poderá decidir pela alteração do projeto e do material a ser utilizado no monumento, de forma a diminuir os custos da obra.  
e) A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública.

38- Analise as seguintes situações:

- (I) Aurélio, servidor público aposentado por invalidez, retornou à ativa após perícia médica constatar a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentação.
- (II) Dionísio, servidor estável, retornou ao serviço público após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.
- (III) Clélia, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em virtude da extinção do cargo que ocupava.
- (IV) Porfírio, reprovado no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeado, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Essas hipóteses de provimento derivado são, respectivamente:

- a) (I) aproveitamento; (II) reintegração; (III) reversão; (IV) recondução.
  - b) (I) reversão; (II) reintegração; (III) aproveitamento; (IV) recondução.
  - c) (I) readmissão; (II) reversão; (III) transposição; (IV) aproveitamento.
  - d) (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) transposição.
  - e) (I) readmissão; (II) transposição; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.
- 39- Quando o Estado, mediante processo licitatório, contrata uma empresa especializada para fornecer e operar aparelho eletrônico (radar fotográfico) que servirá de suporte à lavratura de autos de infração de trânsito, está
- a) agindo corretamente, pois o poder de polícia, para fins do Código de Trânsito Brasileiro, é delegável.
  - b) ferindo o ordenamento jurídico, porque o poder de polícia do Estado é indelegável.
  - c) celebrando um contrato de prestação de serviço para atividade de suporte material de fiscalização.
  - d) celebrando um contrato de permissão de serviço público para atividade auxiliar da Administração.
  - e) celebrando uma contratação integrada, com delegação de competências materiais.

40- O instrumento adotado pela administração pública em caso de transferências voluntárias de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pela administração pública, em regime de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, é denominado:

- a) termo de fomento.
- b) contrato de gestão.
- c) concessão patrocinada.
- d) convênio administrativo.
- e) termo de colaboração.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

**Concurso Público para Procurador da Fazenda Nacional - 2015  
(Edital ESAF n. 34 de 3 de julho de 2015)**

**Gabaritos**

**Prova 1 - Gabarito 1 - (Aplicada em 20/9/2015) domingo-tarde**

QUESTÕES															
1 E	2 B	3 E	4 B	5 <b>NULA</b>	6 D	7 C	8 B	9 A	10 D	11 E	12 B	13 C	14 B	15 A	16 C
17 E	18 E	19 D	20 A	21 D	22 E	23 D	24 D	25 D	26 E	27 A	28 D	29 B	30 A	31 E	32 B
33 E	34 D	35 B	36 A	37 A	38 B	39 C	40 <b>NULA</b>	41 B	42 C	43 E	44 D	45 B	46 D	47 B	48 D
49 C	50 B	51 E	52 D	53 C	54 D	55 C	56 B	57 A	58 D	59 B	60 A	61 B	62 C	63 A	64 A
65 C	66 C	67 D	68 E	69 E	70 <b>NULA</b>	71 D	72 B	73 C	74 B	75 E	76 B	77 E	78 D	79 A	80 C
81 B	82 <b>NULA</b>	83 A	84 B	85 D	86 B	87 B	88 B	89 C	90 B	91 D	92 E	93 C	94 D	95 B	96 A
97 C	98 <b>NULA</b>	99 E	100 <b>NULA</b>												

## DIREITO ADMINISTRATIVO

35. Assinale a opção que corresponda ao requisito de validade do ato administrativo que configura “o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade”. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual do Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 106).
- a) Competência.
  - b) Forma.
  - c) Motivo.
  - d) Objeto.
  - e) Finalidade.



36. Sobre os contratos administrativos regulados pela Lei n. 8.666, de 1993, assinale a opção incorreta.

- a) O regime de execução ou a forma de fornecimento é cláusula necessária em todo contrato administrativo.
- b) O contrato administrativo cujo objeto seja a prestação de serviços de forma contínua poderá ter a sua duração prorrogada, limitada a oitenta meses.
- c) É vedado contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- d) A prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos é conferida à Administração.
- e) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

37. Correlacione os conceitos transcritos na Coluna I com algumas modalidades de Poderes da Administração registrados na Coluna II. Após, assinale a opção que retrata a sequência correta para a Coluna I.

Coluna I	Coluna II
( ) “É o poder em que o agente administrativo dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato”. (ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. <b>Direito Administrativo Descomplicado</b> . 23. ed. São Paulo: Método, 2015, p. 244).	(1) Poder Hierárquico
( ) “É a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação”. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Manual do Direito Administrativo</b> . 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 57).	(2) Poder Disciplinar
( ) “É o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito Administrativo</b> . 27. Ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 95).	(3) Poder Discricionário
( ) “É aquele que confere à Administração Pública a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração”. (CUNHA Jr., Dirley da. <b>Curso de Direito Administrativo</b> . 11. Ed. Salvador: jusPODIUM, 2012, p. 82).	(4) Poder Regulamentar

- a) 3, 2, 4, 1
- b) 1, 4, 3, 2
- c) 3, 4, 2, 1
- d) 2, 4, 1, 3
- e) 4, 3, 1, 2

38. Entre as modalidades de delegação da prestação do serviço público, pode-se citar a
- a) nomeação.
  - b) atribuição.
  - c) concessão.
  - d) avocação.
  - e) encampação.
39. Assinale a opção que não retrata uma característica da autarquia.
- a) Os seus bens são públicos.
  - b) A sua criação ocorre por meio de lei complementar.
  - c) Em regra, suas contratações devem ser feitas mediante licitação.
  - d) Há necessidade de concurso público para seleção de seus trabalhadores.
  - e) Possui personalidade jurídica.
40. Sobre as disposições constitucionais referentes aos servidores públicos, assinale a opção correta.
- a) É garantido ao servidor público investido em cargo público o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
  - b) Lei Complementar disciplinará o direito de greve do servidor público.
  - c) Decreto estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
  - d) Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, aplica-se o regime próprio de previdência social.
  - e) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

41- A respeito dos contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V), ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Em qualquer hipótese, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração.
  - ( ) A administração pode dispensar o instrumento de contrato, independentemente de valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos da qual não resultem obrigações futuras.
  - ( ) Da aplicação das penas de advertência, suspensão temporária e multa cabe recurso, sempre com efeito suspensivo, no prazo determinado em lei.
  - ( ) A exceção do contrato não cumprido não é oponível, mesmo diante do atraso de pagamento superior a noventa dias, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- a) V, F, V, V  
b) F, V, F, V  
c) V, V, F, V  
d) F, F, F, V  
e) F, V, V, V

42- A respeito do Decreto n. 7.746/2012, analise as questões abaixo classificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) A Administração Pública Federal direta e indireta poderá exigir, no instrumento convocatório para a aquisição de bens, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável entre outros critérios de sustentabilidade.
  - ( ) A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.
  - ( ) Compete à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública a edição de normas para a elaboração de ações de logística sustentável.
- a) F, V, F  
b) V, V, V  
c) F, F, F  
d) V, V, F  
e) F, F, V

43- Analise as afirmativas abaixo acerca do processo de contratação de soluções em tecnologia da informação classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Nos casos de contratação direta sem a realização de licitação, a fase de planejamento da contratação poderá ser abreviada.
  - ( ) Nas licitações do tipo técnica e preço, deve-se proceder à avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando-se se os critérios de maior peso são os mais relevantes e se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.
  - ( ) Caberá à área de tecnologia conduzir as etapas da fase de seleção do fornecedor.
  - ( ) A fase de gestão do contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a solução de tecnologia da informação durante todo o período de execução do contrato.
- a) F, F, V, V  
b) V, F, V, F  
c) F, V, F, V  
d) F, F, F, V  
e) V, V, F, V

44- Assinale a opção correta.

- a) A Lei n. 8.429/92 não estabelece sanções penais pela prática de atos de improbidade.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
- c) A aplicação das sanções enumeradas na Lei n. 8.429/92 é de competência exclusiva do Poder Judiciário.
- d) O enquadramento da conduta do agente nas categorias de atos de improbidade previstas na Lei n. 8.429/92 exige a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo no caso dos tipos previstos nos arts. 9º, 10 e 11.
- e) Admite-se a transação penal nas ações por atos de improbidade administrativa.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

45- A respeito das normas afetas aos servidores públicos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas ( F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) O servidor público eleito para o cargo de vereador poderá, caso haja compatibilidade de horários, acumular o exercício da vereança com seu cargo, função ou emprego público.
- ( ) Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão aplica-se o Regime Geral da Previdência Social.
- ( ) Os cinco anos de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria do servidor necessitam ser exercidos ininterruptamente.
- ( ) Compete à lei ordinária especificar as enfermidades graves, contagiosas ou incuráveis que ensejam aposentadoria por invalidez permanente com direito a proventos integrais.
- a) F, V, F, F  
 b) F, V, V, V  
 c) F, V, F, V  
 d) V, V, V, V  
 e) V, V, F, V

46- Assinale a opção correta.

- a) O termo de colaboração é o instrumento que a Administração Pública deverá adotar em caso de transferências voluntárias de recursos para a consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil.
- b) A organização da sociedade civil indicará ao menos um dirigente que se responsabilizará de forma subsidiária pela execução das atividades e pelo cumprimento das metas pactuadas na parceria.
- c) A eventual inadimplência da organização da sociedade civil no pagamento dos encargos trabalhistas relativos ao cumprimento do termo de colaboração ou de fomento é de sua responsabilidade, havendo apenas a responsabilidade subsidiária da administração pública parceira.
- d) Como regra, a Administração Pública, para poder celebrar as parcerias previstas na Lei n. 13.019/2014, está obrigada a realizar o chamamento público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexistência de tal procedimento.
- e) Nas contratações de bens e serviços que efetuem com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública, as organizações da sociedade civil estão obrigadas a realizar licitação nos termos da Lei n. 8.666/93.

47- Acerca do sistema de registro de preços, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) A ata de registro de preços obriga tanto os fornecedores quanto a administração em relação à contratação.
- ( ) Na licitação para registro de preços, não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou de instrumento hábil.
- ( ) O Decreto n. 7.892/2013 permite que órgãos e entidades da Administração Pública Federal adiram à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, estadual ou distrital.
- a) F, F, F  
 b) V, F, F  
 c) F, V, F  
 d) V, V, V  
 e) F, V, V

48- Correlacione as definições da Coluna I com os elementos do ato administrativo constantes da Coluna II. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a Coluna I.

COLUNA I	COLUNA II
( ) É uma expressão funcional qualitativa e quantitativa do poder estatal que a lei atribui às entidades, aos órgãos ou aos agentes públicos para executar sua vontade.	(1) Competência
( ) É a exteriorização material do ato administrativo por meio da qual a vontade manifestada se expressa, permanece e se comprova no mundo jurídico.	(2) Finalidade
( ) É a alteração jurídica que se pretende introduzir relativamente às situações e às relações sujeitas à ação administrativa do Estado.	(3) Forma
( ) É o aspecto específico do interesse público, explícita ou implicitamente expresso na norma legal, que se pretende realizar pela produção de efeitos jurídicos esperados do ato administrativo.	(4) Motivo
( ) É o pressuposto de fato e de direito que determina ou possibilita a edição do ato administrativo.	(5) Objeto

- a) 2, 3, 1, 5, 4  
 b) 1, 3, 4, 2, 5  
 c) 3, 2, 1, 4, 5  
 d) 1, 3, 2, 4, 5  
 e) 1, 3, 5, 2, 4

49- A respeito da sanatória na Administração Pública, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) A ratificação, retroagindo à origem do ato, opera *ex tunc*, com natureza declaratória.
- ( ) A reforma é o ato administrativo derivado pelo qual se elimina de um ato defeituoso sua parte viciada, mantendo-se a eficácia da parte sadia.
- ( ) Além da modalidade de conversão operada por ato administrativo, poderá também o legislador, de modo abstrato e geral, sanar genericamente uma categoria de atos defeituosos, atribuindo-lhes efeitos de atos legalmente íntegros.

- a) V, F, V
- b) V, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, F
- e) V, V, V

50- Entre os princípios informativos específicos dos serviços públicos, pode-se afirmar ser o princípio setorial mais importante por marcar sua vocação universal, isonômica e democrática o princípio da

- a) continuidade.
- b) eficiência.
- c) regularidade.
- d) generalidade.
- e) segurança.

**Concurso Público para**  
**(Edital ESAF n. 76 de 4 de dezembro de 2015)**

**Gabaritos (ANALISTA ADMINISTRATIVO)**

**Prova 1 - (Aplicada em 20/3/2016) domingo-manhã**

QUESTÕES															
1 E	2 C	3 D	4 B	5 C	6 B	7 E	8 A	9 D	10 E	11 B	12 D	13 C	14 C	15 E	16 B
17 D	18 A	19 D	20 C	21 NULA	22 A	23 E	24 C	25 D	26 C	27 B	28 A	29 E	30 D	31 B	32 D
33 NULA	34 B	35 E	36 B	37 C	38 E	39 D	40 D	41 B	42 D	43 C	44 A	45 E	46 D	47 C	48 E
49 E	50 D	51 C	52 A	53 C	54 E	55 B	56 D	57 E	58 A	59 B	60 D				